



Revista Eletrônica de Filosofia
Philosophy Eletronic Journal
ISSN 1809-8428

São Paulo: Centro de Estudos de Pragmatismo
Programa de Estudos Pós-Graduados em Filosofia
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Disponível em <http://www.pucsp.br/pragmatismo>

Vol. 15, nº. 1, janeiro-junho, 2018, p.40-49
DOI: 10.23925/1809-8428.2018v15i1p40-49

JOHN DEWEY SOBRE CIÊNCIA E SENSO COMUM: SEMELHANÇAS E DESSEMELHANÇAS

Caio César Cabral

Doutor em Filosofia pela Universidade de São Paulo
caiock@gmail.com

Resumo: Um dos fatos que John Dewey pretende assegurar é o de que a ciência tem seu ponto de partida nos problemas do senso comum, assim como nos instrumentos de que este lança mão para solucioná-los. O filósofo defende, mais exatamente, uma relação de continuidade, e não de ruptura, entre as investigações do senso comum e as pesquisas científicas. Para ele, a ciência estabelece-se como uma nova etapa dos processos comuns de pesquisa, sem nunca se desligar radicalmente deles. Nosso escopo, neste artigo, é reconstruir os argumentos de Dewey em favor desta tese.

Palavras-Chave: Ciência. Senso comum. Conhecimento. Teoria da investigação. John Dewey.

JOHN DEWEY ON SCIENCE AND COMMON SENSE: SIMILARITIES AND DISSIMILARITIES

Abstract: *John Dewey aims to ensure that science has its starting point in common sense's problems, as well as in the instruments it uses to solve them. The philosopher defends, more exactly, a relation of continuity, not of rupture, between the investigations of common sense and scientific research. For him, science establishes itself as a new stage of ordinary research processes, without ever being radically disconnected from them. Our scope, in this article, is to reconstruct Dewey's arguments in favor of this thesis.*

Keywords: *Science. Common sense. Knowledge. Theory of inquiry. John Dewey.*

* * *

Introdução

A inteligência, segundo Dewey, é constitutivamente operativa; é força ativa que entra em cena para transformar o mundo, e não para meramente contemplá-lo; e o transforma em conformidade com objetivos humanos. O processo cognoscitivo, em vez de ser contemplação, é participação nas vicissitudes do mundo, o qual deve ser sempre mudado e reorganizado. Neste sentido, o método experimental de investigação, embora seja relativamente novo enquanto processo científico ou modo

sistematizado de obter conhecimento, é, enquanto recurso prático, procedimento criado pelo homem desde muito antes do advento da ciência.

As ideias ou planos de ação são, portanto, instrumentos de adaptação e de superação de desafios em um mundo no qual sempre são possíveis novas descobertas e soluções. Em tal contexto, as hipóteses teóricas só comprovam sua validade no confronto com os problemas reais, tornando-se, por isso, os meios mais eficazes de se solucionar ou definir situações que se mostram inicialmente indefinidas e duvidosas. Na visão de Dewey, embora os problemas e metas do senso comum sejam distintos dos que se verificam no âmbito da ciência, ambas as formas de pesquisa têm uma origem comum: as situações originárias de uso e desfrute; e é precisamente por essa razão que elas guardam entre si relação de continuidade. Nas próximas páginas, acompanharemos os passos com os quais Dewey constroi esse seu ponto de vista, e traremos também um importante embate entre dois intérpretes de nosso autor com respeito a este tópico.

I. Conhecimento do senso comum e conhecimento científico.

Dewey, no capítulo IV de sua *Lógica: Teoria da Investigação* (1938) – obra em que expõe as bases naturalistas de sua teoria do conhecimento – explica que, no nível biológico, os organismos (humanos ou não) enfrentam constantemente problemas, tendo que responder às condições ao redor, de sorte que sejam modificadas estas condições e as relações dos organismos com elas; o resultado é o restabelecimento da adaptação recíproca necessária para a manutenção das funções vitais. No nível humano, porém, além do quadro de interação biológica, temos ainda a cultura: as condições culturais modificam os conteúdos dos problemas que emergem. O próprio estabelecimento dos problemas se dá de modo tal que a investigação surge como fator decisivo em sua solução, pois, de acordo com Dewey, em um ambiente cultural as condições físicas se acham modificadas pelo complexo de costumes, tradições, ocupações e interesses que a elas se referem. Paralelamente, transformam-se também os modos de resposta. Tal mudança refere-se ao significado que as coisas adquirem e aos sentidos correlacionados que constituem a linguagem de um grupo. Rochas, por exemplo, vistas não como simples rochas, mas como minerais, naturalmente têm um significado mais amplo para pessoas que são capazes de trabalhar com o ferro na indústria do que para simples pastores ou agricultores. Um novo tipo de atitude dá lugar, portanto, a um novo modo de resposta. Dewey designa o ambiente em que se dão estes fatos *ambiente ou mundo do senso comum*, e as investigações que nele têm lugar, para se levar a cabo os ajustes requeridos no comportamento, *investigações do senso comum*.

Os problemas que surgem em tais situações de interação reduzem-se aos problemas de *uso e desfrute* dos objetos e produtos materiais do mundo em que vivem os indivíduos (sendo o emprego feito por Dewey dos termos “uso e desfrute” assunto a ser tratado por nós um pouco adiante). As investigações que aí ocorrem são, por isso, diferentes daquelas outras que têm como meta o conhecimento científico. Nas investigações do senso comum está implícita necessariamente a aquisição de determinado tipo de conhecimento, mas esta ocorre com a finalidade de se alcançar algum resultado prático de uso, o que não é o caso da investigação científica (ou seja, a investigação pela investigação mesma). Nesta, os seres humanos não se acham direta e imediatamente envolvidos com o ambiente.

Para Dewey, não há dúvida de que realmente existem, na vida comum, situações problemáticas nas quais têm lugar investigações cujo único objetivo é uma solução satisfatória de tais problemas. Estas inquirições obviamente não exigem o conhecimento de qualquer teoria cientificamente elaborada e confirmada, e é devido a este fato que Dewey as chama, para distingui-las da pesquisa científica, de pesquisas do senso comum. O filósofo afirma ainda que esta designação não é arbitrária, e apresenta em seu apoio a definição contida no *Dicionário Oxford*. Neste, é destacada “a seguinte definição de senso comum: ‘Sadio sentido prático; combinação de habilidade e disposição para tratar dos assuntos ordinários da vida’” (Dewey, 1960, p. 61). Acrescenta Dewey que “o sentido comum, segundo esta definição, se aplica à conduta em suas conexões com o *significado* das coisas” (Dewey, 1960, p. 61). Podemos explicar esta afirmação dizendo que o que se acha em jogo aqui é a relação “signo-significado”¹. Em outros termos, considera-se o que exatamente se deve fazer, em certa situação, diante do fato de que certo objeto “significa” ou remete a outro.

Outra definição do dicionário é utilizada por nosso filósofo: “O sentido, sentimento ou juízo geral do gênero humano ou de uma comunidade” (Dewey, 1960, p. 62). Neste caso, temos o julgamento e os decretos do senso comum tratados como verdades estabelecidas. Dewey esclarece que tais decretos não se aplicam aos significados das coisas, mas aos sentidos atribuídos a elas. Ou seja, não são mais valorizadas as habilidades relativas a questões de uso e desfrute direto dos objetos, mas as ideias compartilhadas que justificam atos e procedimentos práticos. Neste novo caso, o “comum” passa a ser sinônimo de geral. Designa “as noções e crenças aceitas correntemente, sem discussão, por um grupo determinado ou pela humanidade em geral” (Dewey, 1960, p. 62). Qualquer grupo cultural, segundo o filósofo, possui um corpo de sentidos e crenças muito fortemente arraigado em suas tradições e ocupações. Tais sentidos constituem elemento fundamental da linguagem, com o qual se interpretam os acontecimentos e seus efeitos. São ainda os reguladores dos juízos construídos e compartilhados no interior do grupo.

Dewey faz questão de apontar a coincidência entre as duas acepções do senso comum – a do significado dos objetos e a que diz respeito às ideias e sentidos compartilhados coletivamente – que acaba de apresentar. Ambas as acepções referem-se à conduta relacionada a um ambiente ou mundo natural externo. O julgamento do significado que as coisas têm, assim como o emprego de ideias que justificam condutas, são atos sempre influenciados pelas condições externas do meio. Já a diferença entre as duas acepções é a que se dá entre características de situações práticas específicas, examinadas com respeito ao que se deve fazer num certo momento e lugar, e regras e preceitos consolidados em um grupo para se

¹ Em toda pesquisa humana, sobretudo nas do senso comum, usa-se certa linguagem estabelecida, a qual é vista por nosso filósofo como um código. Para esclarecer melhor a função e a utilidade deste código, Dewey se vale de alguns termos linguísticos, os quais cabe aqui recordar: seguindo a terminologia de nosso autor, temos, em toda atividade e linguagem humanas, a utilização dos *signos naturais*, ou do par *signo-significado*, relativos à inferência (“isto” significa “aquilo”, ou seja, de uma coisa se infere outra, como quando a “fumaça”, por exemplo, significa “fogo”), e o uso dos *signos artificiais* ou do par *símbolo-sentido*, relativos à implicação (trazendo o sentido das coisas e suas relações recíprocas estabelecidas nas proposições). Inferência e implicação são, pois, duas operações que vão, durante a investigação, abrindo caminho continuamente para novas percepções e conceituações. Estas ideias são detalhadamente desenvolvidas por Dewey ao longo de toda a *Lógica* (especialmente no capítulo 3 desta obra).

justificar uma ação socialmente adequada. De qualquer forma, ambos os sentidos das acepções “concernem, um direta e o outro indiretamente, ‘aos assuntos ordinários da vida’, no sentido amplo da palavra vida” (Dewey, 1960, p. 63).

E por quê Dewey utiliza as expressões “uso e desfrute”? Ora, nas questões do senso comum, o uso e o desfrute são simplesmente os modos pelos quais os seres humanos se acham diretamente conectados com o mundo que lhes rodeia. Questões de alimentação, proteção e defesa, exemplifica o filósofo, são questões relacionadas ao uso que se faz de materiais do meio circundante e a atitudes práticas que se deve tomar com respeito aos membros do próprio grupo e a outros grupos existentes. Poderíamos, neste ponto, acrescentar que o desfrute de que fala Dewey pode ter relação, por exemplo, com a satisfação íntima ligada à prática de ritos que evocam a memória de antepassados. Ora, esta prática costuma ter como efeito evitar que sejam esquecidas as raízes e heranças que ajudam a constituir a identidade de uma pessoa, de uma família inteira ou mesmo do grupo mais amplo de que se faz parte.

Quanto à diferença existente entre as investigações científicas e as do senso comum, explica nosso autor que ela reside no fato de que as últimas lidam com materiais e operações qualitativos. Fundamentalmente, a diferença se verifica entre significados e sentidos utilizados numa aplicação efetiva direta, e sentidos estabelecidos levando-se em conta apenas relações de coerência e congruência recíprocas. O que Dewey acrescenta agora é que, “no primeiro caso, ‘aplicação existencial’ quer dizer aplicação relacionada ao uso e desfrute *qualitativos* do ambiente” (Dewey, 1960, p. 65). Vemos, portanto, que a aplicação “existencial” de que fala Dewey diz respeito, antes de tudo, a uma realidade concreta e seus objetos; mais especialmente, trata-se de uma aplicação que guarda estreita relação com a interação orgânica, ou com as ações e esforços humanos de adaptação. Com respeito à ciência, entende o filósofo que tanto sua história como seu estágio atual nos mostram que as finalidades científicas só são alcançadas quando se eliminam os fatores qualitativos, tomando-se em conta unicamente as relações mesmas entre fatos e entre conceitos.

Nos *Ensaio em lógica experimental* (1954), encontramos a visão que Dewey tem da evolução histórica do procedimento científico. Com a finalidade de salientar a relação de continuidade entre os métodos de solucionar problemas do homem comum e os do cientista, Dewey destaca quatro etapas do desenvolvimento da investigação científica. Estas etapas podem ser verificadas, segundo o filósofo, “em todo registro da ciência” (Dewey, 2004, p. 56), embora não haja, na exposição que ele mesmo faz, qualquer referência a épocas precisas da história humana. Na primeira destas etapas, Dewey simplesmente afirma não haver qualquer pesquisa científica em absoluto, uma vez que, em tal fase, “na qualidade da experiência não se apresenta nenhum problema ou dúvida que provoque a reflexão” (Dewey, 2004, p. 55). Com efeito, todas as ciências conheceram um tempo em que nenhum pensamento crítico se ocupava do material da experiência, já que os fatos e as relações que então se estabeleciam se perdiam, ou eram esquecidos, no correr constante das vivências imediatas. Na segunda etapa, verifica-se como nova atitude a ocupação com os fatos desorganizados e disformes da experiência, e a localização e junção de materiais brutos: “Esta é a etapa empírica, que nenhuma ciência existente [...] pode negar que é sua própria progenitora” (Dewey, 2004, p. 55-6). Em seguida, pode-se identificar a etapa especulativa: “um período de conjectura, de criar hipóteses, forjar ideias, as quais, mais tarde, classificam-se e sentenciam-se

somente como ideias” (Dewey, 2004, p. 56). Esta é a fase em que as ideias permitem o estabelecimento das distinções entre objetos pesquisados, às quais se seguem as primeiras classificações gerais. Segue-se a esta etapa, finalmente, “um período de frutífera interação entre as ideias puras e os fatos puros: um período em que a observação é determinada por condições experimentais que dependem do emprego de certas concepções condutoras” (Dewey, 2004, p. 56). Neste nível, reflexão e dados experimentais caminham juntos, o que possibilita a dedução de novos significados, e o conseqüente experimento que traz à luz novos fatos. Este princípio de continuidade é o que possibilita a Dewey traçar a relação entre senso comum e ciência. Lembremos que a continuidade em questão é do mesmo tipo da que expusemos em artigo anterior, no qual tratamos das relações entre natureza e cultura (Cabral, 2016). Vimos que, para Dewey, estes dois elementos – a conduta biológica e a cultural – não são radicalmente distintos e independentes, tendo o primeiro o papel de preparar o caminho para o segundo. Da mesma forma, entendemos que também estas etapas históricas da ciência podem ser interpretadas como fazendo parte de um processo progressivo em que uma etapa condiciona o aparecimento da outra. É possível observar ainda que, na terceira e na quarta etapas, o que se tem é uma extensão ou um processo de desenvolvimento contínuo das operações reflexivas, as quais assumem enfim o papel de dirigir os experimentos.

II. Senso comum e ciência: a questão do método

A questão da relação entre senso comum e ciência diz respeito, acrescenta o filósofo, à “relação recíproca de gêneros diferentes de *problemas*” (Dewey, 1960, p. 65-6). Com efeito, a natureza dos problemas de cada domínio faz com que o enfoque da pesquisa do senso comum seja diferente do da pesquisa científica. Desta perspectiva, o que se discute é a relação recíproca entre os objetos de uso e desfrute concretos e os objetos das inferências científicas, e não a relação entre “objetos de dois distintos domínios epistemológicos” (Dewey, 1960, p. 66). Notamos que Dewey não concebe a separação entre os objetos científicos e os do senso comum como se se tratasse de uma distinção absoluta ou definitiva. Esta distinção, segundo ele, é justamente o que ocasiona intermináveis problemas epistemológicos, já que então se passa a admitir dois domínios radicalmente distintos do conhecimento humano, a saber, o do conhecimento ligado à vida e à experiência comuns e o do conhecimento científico, sem que seja possível conceber qualquer relação entre ambos. Para o filósofo, entretanto, o que se verifica é que “os objetos científicos guardam uma relação genética e funcional com os do senso comum” (Dewey, 1960, p. 66). A tese de Dewey é a de que a pesquisa científica e seu objeto próprio, além de surgirem dos problemas e métodos de solução do senso comum, ligados a questões de uso prático, terminam por repercutir neste último de modo a enriquecer e refinar os conteúdos materiais disponíveis à vida comum. Esta também é a base sobre a qual o filósofo sustenta sua concepção do objeto científico: o objeto da ciência é intermediário, ou seja, um instrumento em cada nova situação duvidosa; nunca é final e completo em si mesmo.

Para explorar esta relação genética, Dewey esclarece o sentido que dá ao termo “situação”. Esta palavra não designa um objeto ou acontecimento observável considerado isoladamente. Nunca experimentamos ou formamos juízos acerca de elementos isolados, mas sempre acerca de sua conexão com um todo contextual mais amplo: *este todo* é o que Dewey chama de “situação”. Nos *Ensaio*s, Dewey

adverte que “devemos nos prevenir contra a falácia de assumir que algum elemento isolado da situação prévia induz à reflexão; esta surge, na verdade, da situação de distúrbio vista em seu todo” (Dewey, 2004, p. 77). Na experiência real, e sobretudo numa situação problemática ou de distúrbio, é impossível a ocorrência de semelhantes eventos isolados; estes não se dão nem mesmo na percepção sensorial que se tem das outras espécies de animais. Um ser vivente, um objeto ou acontecimento, são sempre uma parte ou aspecto de um mundo circundante, de uma situação vivida. Um determinado objeto singular só é destacado quando se o considera como um elemento importante a auxiliar na solução de um problema constituído pela situação total abrangente: “Sempre existe um *campo* no qual tem lugar a observação *deste* ou *daquele* objeto ou acontecimento” (Dewey, 1960, p. 67). Tal observação ajuda a especificar um modo de resposta adaptativa ou um curso de comportamento que guarda uma relação adequada com o campo em questão. Investiga-se *o que* um determinado objeto ou evento significa em relação à maneira de se abordar uma situação problemática. Ora, a própria vida, segundo nosso filósofo, é compreendida sempre em conexão com um ambiente e não com objetos isolados em si mesmos. Ademais, para Dewey, fatores como o sentir, a sensação e a emoção também tomam parte na descrição de uma situação qualitativa total.

O qualitativo, presente em toda situação experienciada, é também único, fazendo com que a situação atual seja individual em si, sem ser idêntica a nenhuma outra anteriormente vivida. Somente as distinções e relações feitas numa situação já determinada é que se repetem posteriormente em situações diferentes. A situação única é, além disso, aquilo que efetivamente controla o desenvolvimento que o raciocínio segue durante a investigação.

Acompanhemos agora como Dewey desenvolve a questão da relação entre objetos e métodos do senso comum e objetos e métodos científicos. O que Dewey destaca em primeiro lugar é que a ciência parte “dos objetos, processos e instrumentos qualitativos do mundo habitual do senso comum e dos desfrutes e sofrimentos concretos” (Dewey, 1960, p. 71). Esclareçamos aqui que o termo “sofrer” possui simplesmente o sentido de ter experiências cotidianas, como alimentar-se, utilizar objetos na execução de algum trabalho, vencer tensões que surgem nas relações com o ambiente, etc. Os objetos que o filósofo utiliza como exemplos são as cores e a luz. Ora, as teorias científicas relativas a estes dois objetos são por demais técnicas, mas dizem respeito, lembra o autor, às mesmas cores e luz utilizadas na vida comum. A luz e a cor percebidas no dia-a-dia não são investigadas, no âmbito do senso comum, como coisas isoladas, mas como tendo certo papel a desempenhar nas tarefas e artes da vida comum. A luz pode ter, explica o filósofo, relação íntima com o ato rotineiro de levantar-se e dirigir-se a certo lugar para a realização de algum trabalho, assim como as “cores são signos do que fazer e de como fazer em algumas situações inclusivas, como, por exemplo, julgar se amanhã fará bom tempo ou selecionar vestimentas apropriadas para diversas ocasiões” (Dewey, 1960, p. 71).

Neste horizonte, não se têm ainda a investigação e o conhecimento propriamente científicos. Mas ocorre que os processos iniciais e os instrumentos rudimentares das pesquisas do senso comum, ao se aperfeiçoarem com a constante prática, vão se tornando, respectivamente, planos organizados de ação e instrumentos técnicos definidos: “informações sobre coisas, suas propriedades e modo de comportar-se são armazenadas, independentemente de qualquer aplicação

particular imediata” (Dewey, 1960, p. 71). Tais informações tornam-se cada vez mais distantes das situações de uso e desfrute em que se originaram. Surge, com isso, um corpo de materiais e operações que abre caminho para o desenvolvimento da ciência, o que indica a inexistência de qualquer linha divisória entre esta e o senso comum. Mais um exemplo nos é dado por Dewey: a astronomia rudimentar e seus métodos igualmente rudimentares de registrar o tempo surgiram de preocupações que tinham grupos humanos primitivos com questões de nascimento e reprodução, e grupos de agricultores com a época de plantio e colheita. Observações primitivas relativas às estrelas, posição do Sol, etc., forneceram as informações necessárias aos primeiros procedimentos cabíveis de marcação do tempo. Em seguida, um refinamento nas operações abriu caminho para que fossem desenvolvidos instrumentos para a observação e técnicas para sua utilização. Dewey diz não ter dúvidas de que a transição do senso comum à ciência se deu sobretudo com base em eventos deste gênero.

Quando os fenômenos do calor, da luz e da eletricidade se converteram em material com que se podiam fazer experimentos em situações controladas, tomaram-se emprestados das artes práticas do senso comum instrumentos como a bússola, as lentes e muitos outros. Estes instrumentos, a princípio inventados para auxiliar no atendimento de necessidades práticas, tiveram que ser adaptados às necessidades da experimentação científica:

[...] debilitar e intensificar, combinar e separar, dissolver e evaporar [...], esquentar e esfriar, etc., [...] foram adotados como meios para se encontrar algo acerca da natureza em vez de serem empregados unicamente com o fim de se obter objetos de uso e desfrute (Dewey, 1960, p. 74).

Dewey constata que os principais processos de reformulação foram os que ocorreram com os instrumentos simbólicos. Destaquemos aqui que estes instrumentos de que fala o filósofo são os símbolos ou termos comuns como “água” e “ferro”, todos com seus respectivos sentidos. Ao serem reformulados, os símbolos deste gênero puderam então ser postos em relação recíproca no tocante à sua aplicabilidade experimental. Também foram desvinculados da referência à aplicação unicamente voltada para a satisfação de necessidades práticas. Conhecer empiricamente a natureza trouxe a necessidade de novos símbolos de registro; o cálculo analítico tornou-se um modo de resposta a quantidades e mudanças, não mais vistas como meros acidentes naturais, mas como os meios por excelência pelos quais se familiarizar com a natureza. A validade dos conceitos formulados passou a depender de sua aplicação efetiva ao material qualitativo; o que se verificava é se eram capazes de organizar e controlar este material. Em *A Busca da Certeza* (1929), ao discutir a utilidade dos símbolos na pesquisa efetiva, Dewey lembra que os símbolos especiais idealizados permitiram aos humanos evitar os sentidos muitas vezes impertinentes das palavras desenvolvidas apenas para fins de uso comum. Diríamos aqui que estes “sentidos impertinentes” são aqueles que, dizendo respeito apenas à utilização prática imediata de algum objeto, não têm qualquer função ou utilidade do ponto de vista científico. Se atribuirmos à palavra água um sentido comum tal como “aquilo que mata a sede”, este sentido pouco ou nada auxiliará no conhecimento que se busca da natureza mesma do objeto. Na visão de Dewey, a substituição destes sentidos transformou as ferramentas toscas

do pensamento em instrumentos precisos. E conclui: “a invenção dos símbolos técnicos assinalou a possibilidade de o pensamento ascender do nível do senso comum à ciência” (Dewey, 1952, p. 133).

Os conteúdos e técnicas do senso comum passaram, então, segundo Dewey, por uma mudança revolucionária. Resultados e métodos da ciência misturaram-se a eles. Tudo o que diz respeito às condições ambientais básicas da vida passaram por tal transformação: questões de alimentação, de vestimenta, de habitação. Necessidades inéditas passaram a existir, assim como condições, também inéditas, de satisfazê-las. Tecnologias de produção e distribuição de bens e serviços, enquanto produtos da ciência, surgiram trazendo mudanças sociais tanto quanto problemas. Várias são as áreas do senso comum afetadas pela ciência, incluindo a das relações entre pessoas, grupos e povos.

Dewey admite que a incorporação da ciência às crenças e métodos do senso comum não resultou completa ou mesmo coerente. Segundo ele, o que ocorreu foi o contrário disto: o efeito da ciência tem sido antes desintegrador. Não nos interessa, no entanto, entrar nesta discussão, desenvolvida por Dewey na *Lógica*. Em concordância com nossos objetivos, basta mostrarmos que, segundo o filósofo, a ciência estabelece-se como uma nova etapa do processo comum de pesquisa, o que evidencia uma relação de continuidade entre os dois modos de inquirição. Primeiramente, o senso comum lida com os objetos e seus símbolos usuais para o uso e gozo práticos e imediatos da vida. Em seguida, a ciência entra em cena tratando de investigar, com linguagem e método próprios, as relações mesmas entre estes objetos e entre seus respectivos significados. Estas relações, por seu turno, revelam-se úteis na obtenção do conhecimento propriamente dito, ou seja, daquilo que Dewey denomina conjunto de “asserções garantidas”.

III. Duas interpretações em conflito: Ernest Nagel e Gail Kennedy

Apresentamos, a seguir, uma tentativa, realizada por Gail Kennedy (1954), de defender Dewey contra uma crítica de Ernest Nagel, a qual tem como alvo exatamente a relação concebida pelo filósofo pragmatista entre senso comum e ciência. Acompanharemos esta defesa exclusivamente a partir do texto de Kennedy. Primeiramente, temos a interpretação geral atribuída a Nagel, segundo a qual

[...] a tese central da teoria da ciência de Dewey é que esta não revela reinos do ser antitéticos às coisas familiares da vida, simplesmente porque os objetos científicos são formulações de relações complexas de dependência entre coisas da experiência em seu todo (Nagel *apud* Kennedy, 1954, p. 318-9).

Prossegue Kennedy informando-nos que, após fixar a distinção entre dois tipos de teorias científicas, as teorias “macroscópicas”, de um lado, que evitam as hipóteses que assumem mecanismos inobserváveis, e as “microscópicas”, de outro, que explicitamente afirmam que há partículas e mecanismos não acessíveis à direta observação, Nagel conclui que a teoria da ciência de Dewey é uma generalização do tipo macroscópico de teoria. Como resultado, a proposta de Dewey deve enfrentar o fato de que o sucesso verificado de certas teorias – em especial as que admitem inobserváveis –

[...] em predizer e ordenar sistematicamente uma larga variedade de fenômenos, tem convencido uma boa parte de cientistas contemporâneos de que os objetos científicos postulados por teorias deste tipo são mais que sistemas de relações entre objetos familiares; em verdade estes objetos científicos são indivíduos concretos, possuindo localizações espaço-temporais e participando em transações dinâmicas uns com os outros (Nagel *apud* Kennedy, 1954, p. 319).

Mas Kennedy tenta defender Dewey dizendo que Nagel, ao fazer tal crítica ao filósofo pragmatista, traz à tona uma versão invertida do tipo de dualismo que Dewey tenta evitar: de acordo com a análise de Nagel, tudo o que Dewey faz é defender a existência dos objetos do senso comum negando a realidade dos objetos científicos; estes seriam meros produtos da imaginação conceitual dos cientistas. A advertência de Kennedy é a de que esta posição não seria mais satisfatória para Dewey do que o dualismo que afirma que apenas os objetos científicos que os cientistas postulam são de fato reais, sendo os objetos do senso comum meramente suas aparências.

Segundo Kennedy, a visão que Nagel atribui a Dewey seria mais precisamente uma estranha variante do fenomenalismo, teoria segundo a qual nós conhecemos apenas certas regras observadas com respeito à sucessão daquilo que é dado em nossa experiência. No caso de Dewey, esta variante trataria, mais exatamente, da sucessão de objetos individuais concretamente existentes em nossa experiência ordinária.

Kennedy considera que Nagel está certo ao afirmar que Dewey tenta construir uma teoria da ciência em que os objetos científicos são definidos como “formulações de relações complexas de dependência” entre os objetos de que temos experiência. E que também está certo quando acrescenta que a construção da física teórica significa para Dewey “meios intelectuais de organizar as ocorrências descontínuas das qualidades diretamente experienciadas [...]” (Nagel *apud* Kennedy, 1954, p. 320). Mas a questão aqui, assevera Kennedy, é o que se quer dizer com “complexas relações de dependência”. Responde, então, Kennedy que aquilo que Dewey chama de conhecimento diz respeito a interações entre coisas na experiência, mas que estes *modos* de interação – dos objetos tanto macro quanto microscópicos – dificilmente podem ser considerados meras construções intelectuais. Dewey, portanto, não nega – garante Kennedy – a existência de entidades tais como elétrons e campos magnéticos: “do modo como são definidos em algum estágio da investigação científica, *eles* podem não existir, mas se não existem, alguma outra coisa do mesmo tipo *deve* existir” (Kennedy, 1954, p. 321). Vale ainda destacar que, como diz Kennedy, Dewey não concebe qualquer diferença lógica

[...] entre objetos do senso comum, ou os objetos do conhecimento que chamamos de navios e velas [...], e objetos científicos aos quais nos referimos como elétrons e campos magnéticos [...]. Ambos são modos de organizar o fluxo das coisas dentro de nossa experiência (Kennedy, 1954, p. 316).

Conclui, pois, Kennedy que, segundo esta perspectiva, a diferença entre os objetos do senso comum e os objetos científicos é uma diferença fundamentalmente prática, e não lógica.

Conclusão

Com o que aqui expusemos, nossa intenção foi, uma vez mais, deixar claro que, para Dewey, o que chamamos de conhecimento não tem relação com a invenção de fins transcendentais à ação, nem é ele objeto de pura contemplação. No senso comum como na ciência, conhecimento é sinônimo de *consequência prática*, é a integração do conhecer com o fazer, é o efeito de um processo natural; ele é tudo aquilo que resulta unicamente da atividade do homem, de intercâmbios orgânicos e sociais complexos, é intervenção transformadora do meio. Este princípio prático-operacional no qual Dewey tanto insiste faz da própria inteligência algo essencialmente operacional; é no próprio esforço humano de adaptar-se ao meio que a inteligência revela este seu traço essencial. Na vida comum, tal função adaptativa da inteligência não é inferior à função que ela desempenha na ciência, uma vez que os resultados desta também significam, em última instância, uma adaptação humana ao ambiente. A ciência não resulta, portanto, como uma antítese frente ao senso comum; não existe uma ruptura entre ambas as formas de pesquisa. Embora seus respectivos problemas e métodos sejam diferentes, ambas possuem, garante Dewey, uma origem comum: as situações originárias de uso e desfrute dos objetos ao redor.

* * *

Referências

CABRAL, C. O naturalismo de Dewey: as bases biológicas da pesquisa humana. **Cognitio-Estudos: revista eletrônica de filosofia**. São Paulo: V. 13, n. 1, 2016.

DEWEY, J. **La Búsqueda de la Certeza: un estudio de la relación entre el conocimiento y la acción**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1952.

_____. **Logic: The Theory of Inquiry**. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1960.

_____. **Textos Seleccionados**. Col. Os Pensadores, v. 40. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

_____. **Essays in Experimental Logic**. New York: Dover Publications, 2004.

KENNEDY, G. Science and the Transformation of Common Sense: The Basic Problem of Dewey's Philosophy. **The Journal of Philosophy**. V. 51, n. 11, 1954.